



Ministério do Esporte

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

# CARGO 14

## TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Aplicação: 23/1/2008

### CADERNO DE PROVAS – PARTE II

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos** e a prova discursiva, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, confira o número e o nome do seu cargo e, para os cargos 9, 10 e 11, a área transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 25/11/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II 26 e 27/11/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 30/12/2008 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 31/12/2008 e 2/1/2009 – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 29/1/2009 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega da documentação para a avaliação de títulos e para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.
- VI 2 e 3/2/2009 – Entrega da documentação para a avaliação de títulos: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 - ME, de 12/9/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir a partir da Constituição Federal (CF) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

- 51 O princípio da gestão democrática, na forma da lei, é previsto para o ensino público e privado, observadas suas especificidades.
- 52 O acesso ao ensino fundamental é um direito público subjetivo.
- 53 O piso salarial profissional tem caráter nacional e é destinado apenas aos profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- 54 O pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas são princípios legais da educação brasileira.
- 55 A incumbência da União de baixar normas gerais para os cursos de pós-graduação é restrita às instituições que compõem o sistema federal.
- 56 Cabe aos estados assumir o transporte escolar dos alunos das redes estadual e municipal de educação.
- 57 A educação escolar é composta pela educação básica, pelo ensino médio e pela educação superior.

Considerando a legislação educacional brasileira, julgue os itens que se seguem, acerca do ensino fundamental e da educação infantil.

- 58 Os municípios atuarão exclusivamente no atendimento ao ensino fundamental e à educação infantil.
- 59 A educação infantil, em creches e pré-escolas, deve atender às crianças de até cinco anos de idade.
- 60 A avaliação na educação infantil só tem o objetivo de promoção para acesso ao ensino fundamental.
- 61 O ano letivo para o ensino fundamental terá, obrigatoriamente, carga horária mínima de 800 horas, distribuídas em 200 dias, incluído o tempo destinado a exames finais.
- 62 A inclusão de conteúdos acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes é obrigatória nos currículos do ensino fundamental.
- 63 A promoção do desporto educacional e o apoio às práticas desportivas não-formais são diretrizes que devem orientar os conteúdos curriculares da educação básica.
- 64 As escolas organizadas em sistema seriado não podem adotar o regime de progressão continuada no ensino fundamental.

Julgue os itens subseqüentes de acordo com os instrumentos legais que normatizam o ensino médio e a educação profissional e tecnológica no Brasil.

- 65 A CF prevê a progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- 66 A educação técnica de nível médio poderá ser integrada ou concomitante ao ensino médio.
- 67 Os cursos de qualificação profissional não são considerados como educação profissional e tecnológica.
- 68 Os cursos especiais oferecidos à comunidade pelas instituições de educação profissional e tecnológica estão condicionados necessariamente ao nível de escolaridade do aluno.

- 69 Independentemente de seu caráter, os cursos de ensino médio têm equivalência legal e habilitam para o prosseguimento de estudos.
- 70 A sociologia e a filosofia são disciplinas obrigatórias somente na primeira série do ensino médio.
- 71 As diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação devem ser seguidas na organização dos cursos de educação profissional e tecnológica de graduação.

Com base na legislação, julgue os itens que se seguem, referentes à educação de jovens e adultos e à educação superior.

- 72 A oferta de ensino fundamental obrigatório e gratuito é assegurada inclusive àquelas pessoas que não conseguiram cursá-lo em idade própria.
- 73 Os exames supletivos serão realizados no nível de conclusão do ensino fundamental para jovens maiores de 18 anos.
- 74 A educação física é componente curricular obrigatório, mas sua prática é facultativa para alunos que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas.
- 75 A autonomia das universidades exclui a dimensão da gestão patrimonial, que fica sob a responsabilidade do governo federal.
- 76 Os cursos seqüenciais não são considerados como educação superior.
- 77 O ano letivo na educação superior deverá ter, no mínimo, 200 dias, assim como no ensino médio, sem necessária equivalência com o ano civil.
- 78 As universidades têm a atribuição de fixar o número de vagas de acordo com a sua capacidade institucional, levando em consideração as especificidades locais.

Acerca da educação especial e da educação indígena, julgue os seguintes itens.

- 79 O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ocorrer exclusivamente na rede regular de ensino.
- 80 A oferta de educação especial tem seu início no ensino fundamental, pois, antes desse período, é considerada pedagogicamente desnecessária.
- 81 Cabe aos sistemas de ensino assegurar a terminalidade específica do ensino fundamental para os alunos que não puderem atingir o nível exigido.
- 82 É assegurado às comunidades indígenas utilizarem suas línguas para ministrar o ensino fundamental regular.
- 83 Na perspectiva da educação inclusiva, o professor deve eliminar as diferenças para garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos.
- 84 A dimensão inclusiva da educação deve ressignificar processos que são comuns a todos na tendência excludente da organização do trabalho escolar.
- 85 O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a implementação de programas especiais de formação de professores indígenas em nível superior, em colaboração com universidades.

À luz do PNE, julgue os itens a seguir.

- 86** A erradicação do analfabetismo é um dos objetivos do PNE, que tem duração plurianual, segundo a CF.
- 87** No prazo de dez anos após a publicação do PNE, todos os dirigentes de instituições de educação infantil deverão possuir formação apropriada de nível médio.
- 88** Para a regularização do fluxo escolar, a meta é reduzir os índices de evasão e repetência em 80%.
- 89** Foi estipulado o prazo de dois anos, a partir da publicação do PNE, para o atendimento, no ensino médio, de 100% dos egressos do ensino fundamental.
- 90** A meta que previa a ampliação da oferta pública nunca inferior a 40% do total de vagas da educação superior foi vetada pelo presidente da República.
- 91** A inclusão da educação de jovens e adultos nas formas de financiamento da educação básica é uma meta do PNE.
- 92** A centralidade na dimensão orçamentária é a garantia de eficiência e eficácia na implementação de um planejamento participativo.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à educação a distância (EAD).

- 93** Para a avaliação de desempenho do estudante com vista à promoção, os exames presenciais são dispensáveis pela própria natureza dos cursos.
- 94** O princípio de ensinar tem prioridade sobre o de aprender em programas de EAD.
- 95** A dimensão da flexibilidade do planejamento não cabe em cursos de EAD, pois pode comprometer a aprendizagem em função da não padronização.
- 96** Quando repassadas automaticamente ao ensino a distância, as práticas pedagógicas do ensino presencial, mesmo consideradas boas, não são garantia de sucesso.
- 97** O credenciamento de instituições para a oferta de cursos a distância, de nível básico, é de responsabilidade da União.
- 98** Para o ensino fundamental, a modalidade a distância só poderá ser utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
- 99** Na educação superior, a EAD deverá ser oferecida em instituições credenciadas pela União, com abertura e regimes especiais.

Julgue os itens a seguir, considerando as políticas de avaliação educacional.

- 100** Cabe à União assegurar processos de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, em colaboração com os sistemas de ensino.
- 101** As provas finais devem prevalecer sobre os resultados obtidos ao longo do período letivo.
- 102** A obrigatoriedade de estudos de recuperação deve ser implementada exclusivamente de forma paralela ao período letivo.
- 103** Na perspectiva emancipadora de avaliação, o objetivo é o auto-conhecimento e a tomada de decisão.
- 104** A avaliação qualitativa estabelece processos de comparação entre instituições para proceder a julgamentos individualizados.

**105** O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) prevê duas modalidades de avaliação, a auto-avaliação e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**106** Por ser um sistema nacional, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) não tem como objetivo identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino brasileiro.

Acerca do financiamento da educação no Brasil, julgue os seguintes itens.

- 107** A União deve aplicar, anualmente, nunca menos que 25% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
- 108** O programa de merenda escolar deve ser financiado com recursos advindos de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.
- 109** A concessão de bolsas de estudos para alunos da rede pública não é considerada como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 110** Obras de infra-estrutura que beneficiem diretamente a escola são consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 111** As matrículas de uma instituição comunitária conveniada com uma prefeitura e que atende crianças de até 3 anos de idade são consideradas para efeito de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).
- 112** A destinação de 50% dos recursos totais do FUNDEB, em cada unidade da Federação, para pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica é obrigatória.
- 113** Caso existam o conselho municipal de educação e o conselho tutelar, no município, um representante de cada deverá compor o conselho municipal do FUNDEB.

Julgue os itens subseqüentes com relação aos fundamentos históricos e sociológicos da educação.

- 114** A República Nova foi marcada em relação à educação pelo lançamento do Manifesto dos Pioneiros.
- 115** A educação jesuítica utilizou a educação popular para cristianizar a população e consolidar o domínio de Portugal.
- 116** Durante o Estado Novo, houve a superação do dualismo entre o ensino secundário para as elites e o profissionalizante para as classes populares.
- 117** Para Althusser, a escola tem a função de formar o intelectual orgânico e lutar pela hegemonia na sociedade.
- 118** Para Jonh Dewey, a função da escola é possibilitar a experimentação, a fim de que o aluno esteja preparado para viver na sociedade.
- 119** Durkheim acredita que a educação é feita a partir da geração mais velha para a mais nova, por meio da transmissão de valores dominantes.
- 120** Gramsci considera a escola um aparelho ideológico do Estado, pois reproduz as relações de exploração da sociedade capitalista.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### **Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005)**

A discussão sobre políticas públicas tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Muito embora seja dada bastante atenção ao assunto, há que se ressaltar que o grande debate proposto pelas diferentes áreas dedica-se a temáticas relacionadas a trabalho e economia ou saúde e educação, sendo desconsiderados temas que dizem respeito a esporte e lazer. Parece claro para o governo (e também para os pesquisadores) que o estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde é mais urgente do que para esporte e lazer.

O lazer figura entre os direitos sociais definidos no art. 6.º da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Portanto, embora seja um direito social, o lazer é tratado, na prática, como tema periférico. Nesse sentido, cabem as seguintes indagações: Qual é o espaço destinado ao lazer nas políticas governamentais? O lazer é tratado como direito social?

Ao que tudo indica, o lazer foi efetivamente compreendido como direito social cuja proteção é de iniciativa do Ministério do Esporte. Como uma das dimensões do esporte é a recreação, o lazer foi adotado então como um dos tópicos a serem considerados pelas políticas de esporte. Tanto é assim que o tema da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, em Brasília, foi Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. O mesmo ocorreu na II Conferência Nacional do Esporte, realizada em maio de 2006, também em Brasília, em que novamente a temática foi relacionada ao lazer (Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer). De ambas as conferências resultaram diretrizes para a definição da política nacional de esporte e lazer. Além dessas conferências, houve também a criação, no âmbito do Ministério do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Embora atualmente se perceba considerável avanço em relação ao início da discussão sobre lazer como tema que deve ser privilegiado por políticas públicas, há ainda carência de programas e ações governamentais que sigam nessa direção.

Dulce Maria F. De A. Suassuna. Internet: <observatoriodoesporte.org.br> (com adaptações).

---

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E O LAZER**

Ao elaborar o seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relação entre esporte, lazer e cidadania;
- ▶ papel do Estado no planejamento de políticas para o esporte e para o lazer;
- ▶ possibilidade de integração entre as políticas de esporte e lazer e políticas de outras naturezas (como econômica, de segurança ou de saúde pública).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

